

Maria Freitas

De: Sara Lemos
Enviado: 21 de novembro de 2019 17:45
Para: Maria Freitas; Joaquim Ruas
Assunto: N/Ref. nº 59680-031/INPA-GPPCP/XIV-1 - Req - Audição Pública - Pesca local e costeira
Anexos: Req - Audição Pública sobre as pescas-REV.pdf

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA Divisão de Apoio às Comissões CAM Nº Único <u>645587</u> Entrada/Saída nº <u>26</u> Data <u>21/11/2019</u>

Exmo. Senhor Presidente da
7.ª Comissão de Agricultura e Mar,

A pedido do Senhor Deputado João Dias, do Grupo Parlamentar do PCP, junto se envia para, por favor, dar entrada na 7ª Comissão de Agricultura e Mar do Requerimento para a realização de uma **Audição Pública com entidades representativas do setor da pesca local e costeira e com entidades com jurisdição e relevância no setor.**

Sem outro assunto, com os melhores cumprimentos,

Com os melhores cumprimentos,

Sara Lemos
(Assessora)

Grupo Parlamentar do PCP | Assembleia da República
gp_pcp@pcp.parlamento.pt | Tel. (+351) 213 919 201/2



*With
Mach. & d. l. h.
19/11/21*



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Agricultura e Mar

Senhor Deputado Pedro do Carmo

N/Ref. nº 59680-031/INPA-GPPCP/XIV-1

Assembleia da República, 21 de novembro de 2019

Assunto: Audição Pública com entidades representativas do setor da pesca local e costeira e com entidades com jurisdição e relevância no setor

Na legislatura passada, o PCP entregou na Comissão de Agricultura e Mar o requerimento para que se realizasse uma Audição Pública sobre pescas que permitisse ouvir um conjunto alargado de entidades e intervenientes deste importante setor.

Apesar da pertinência da realização desta Audição Pública, as dificuldades de agendamento da Comissão de Agricultura e Mar não permitiram que a mesma fosse concretizada.

No entanto, as condições objetivas que conduziram à apresentação do Requerimento por parte do Grupo Parlamentar do PCP, mantêm-se e, em certa medida, até se agudizaram, tal como ficou patente num conjunto de intervenções realizadas na Sessão



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Comemorativa do Dia Nacional do Mar 2019 realizada em Sesimbra, a qual reuniu a participação de diversas estruturas representativas de profissionais da pesca e onde foram abordados inúmeros problemas que o setor da pesca em Portugal enfrenta na atualidade.

Sendo Portugal um dos maiores consumidores de peixe, por habitante, do mundo, a diferença entre os valores consumidos e os valores produzidos resulta, de acordo com os dados recolhidos para 2018, num desequilíbrio da balança comercial de produtos da pesca que apresenta um défice superior a 1 080 milhões de euros.

Este défice resulta do crescente abandono do exercício da atividade em resultados dos múltiplos e diversos problemas estruturantes que os profissionais da pesca enfrentam, que se traduzem na dificuldade do exercício da atividade piscatória e da captação de efetivos para este setor estruturante da economia portuguesa, e resulta do aumento das importações, para responder às necessidades do consumo, que se mantêm, e para responder à necessidade de abastecimento de matéria prima para a nossa indústria transformadora de pescado.

A falta de vontade política no apoio a este importante setor da economia tem-se vindo a traduzir na contínua degradação da frota, cuja renovação tem sido sistematicamente adiada em resultado de permanecer vedado o acesso a fundos estruturais para a renovação, fruto da fraca capacidade negocial de sucessivos governos no âmbito da Política Comum de Pescas e do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP).

Tal condicionante manifesta-se na objetiva degradação das condições técnicas e humanas para o exercício da atividade, traduzindo-se num acentuado envelhecimento



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

da frota ativa (97% da frota pesqueira tem uma idade média superior a 35 anos) e na perda do número de embarcações ao longo dos anos, situação que urge resolver.

Se a degradação da frota de pesca é preocupante, não menos o é alguns dos aspetos que se encontram vertidos no Novo Regime Jurídico da Atividade Profissional dos Marítimos, recentemente publicado, nomeadamente no que respeita à criação de uma categoria profissional de marítimos - o marinheiro praticante - que, para além de tornar desnecessária a formação para ingresso na categoria de marinheiro, reduzindo as exigências para o exercício da profissão, permite a eternização de um regime de precariedade e desqualificação totalmente inaceitável.

Para além dos aspetos referidos, também as questões que condicionam temporariamente o exercício da pesca, representam problema maior no que concerne às dificuldades impostas ao setor.

No caso particular da pesca do cerco, em que a sardinha desempenha um papel preponderante, as medidas de restrição que têm vindo a ser impostas, traduzindo-se na diminuição sistemática das quotas de pesca disponíveis para Portugal, contrariam a evolução dos stocks verificada quer pela prática, quer nos estudos científicos, e põe em causa a sustentabilidade da pesca do cerco.

A quota de pesca da sardinha estabelecida para 2019 traduziu-se na disponibilidade de apenas 81 dias de pesca desta espécie o que, adicionado à restrição aplicada também ao biqueirão, se reflete na possibilidade de exercício da atividade da pesca do cerco em apenas cerca de 4,5 meses num ano, já que a pesca de espécies como o carapau não permitem garantir rendimentos dignos.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Esta problemática é da maior importância na medida em que parece não haver vontade de contrariar as orientações anteriormente apontadas pelo Conselho Internacional para a Exploração do Mar (ICES), que parece insistir na recomendação da manutenção de medidas muito restritivas, como se poderá antever pela intervenção que a representação do ICES proferiu na Sessão Comemorativa do Dia Nacional do Mar 2019.

Nesta matéria é fundamental reforçar a capacidade científica para caracterização dos stocks, criando as condições materiais e humanas adequadas para levar a cabo esta importante tarefa.

Sendo certo que a sustentabilidade dos stocks é fundamental para garantir a médio e longo prazos a manutenção dos recursos e correspondentemente a manutenção da pesca, é de igual modo imprescindível a adoção de medidas que permitam a sobrevivência do sector num quadro em que as restrições são muito penalizantes, nomeadamente no que se relaciona com a segurança dos rendimentos e a manutenção de postos de trabalho.

A intermitência do exercício da atividade, não acompanhada pelos adequados apoios no âmbito da salvaguarda de rendimentos, bem como a vigência de regimes de proteção social insuficientes e desadaptados à realidade do sector da pesca, promovem o abandono da atividade e dificultam a captação de novos efetivos que venham determinar novas dinâmicas.

Sendo inegável que o sector da pesca, nomeadamente da pesca local e costeira, é fundamental para a concretização do desígnio da defesa e incentivo à produção nacional, tal impõe que se promova um debate alargado sobre os constrangimentos que são vividos neste setor, se identifiquem as diferentes necessidades de investimento e



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

atuação e se definam as medidas e ações adequadas à subsistência e desenvolvimento deste setor produtivo estratégico.

Neste âmbito vem o Grupo Parlamentar do PCP requerer, na Legislatura agora iniciada, a realização, com carácter de urgência, de uma Audição Pública com entidades representativas do setor da pesca local e costeira e com entidades com jurisdição e relevância no mesmo, apontando-se como entidades a contactar para participação na Audição Pública, as seguintes:

1. Entidades do setor

- AAPL - Associação dos Armadores da Pesca Local, Costeira e do Largo do Centro Litoral.
- AAPLCLZO - Associação dos Armadores da Pesca local, Costeira e Largo da Zona Oeste.
- ACOP - Associação dos Comerciantes de Pescado.
- ACV - Associação de Armadores da Pesca Artesanal e do Cerco do Sudoeste Alentejano e da Costa Vicentina.
- ADEPA - Associação de Empresas de Pesca do Algarve.
- ANAPA - Associação do Norte dos Armadores da Pesca Artesanal.
- ANAPS - Associação do Norte dos Armadores de Pesca da Sardinha.
- ANOPCERCO - Associação Nacional das Organizações de Produtores da Pesca do Cerco.
- APARA - Associação de Pesca Artesanal da Região de Aveiro.
- APPCE - Associação dos Pescadores Profissionais do Concelho de Esposende.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

- APPPA - Associação dos Pescadores da Pesca Profissional da Afurada.
- ASAPCCN - Associação do Sul de Pequenos e Médios Armadores da Pesca Costeira e Construção Naval.
- Associação dos Pescadores Portinho Arrifana e Costa Vicentina.
- BARLAPESCAS - Cooperativa dos Armadores de Pesca do Barlavento Crl.
- CAPA - Associação dos Armadores da Pesca Artesanal.
- Confederação das Organizações Representativas da Pesca Artesanal.
- Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca.
- MAPA - Associação Mútua dos Armadores de Pesca de Angeiras.
- OLHÃOPESCA - Organização de Produtores de Pesca do Algarve Crl.
- SESIBAL - Cooperativa de Pesca de Setúbal, Sesimbra e Sines, Crl.
- SETUBALPESCA - Associação Pesca Artesanal.
- SIMAMEVIP – Sindicato dos Trabalhadores da Marinha de Comércio, Agências de Viagens, Transitários e Pesca.
- SINDEPESCAS - Sindicato Democrático das Pescas.
- SLP - Sindicato Livre dos Pescadores e Profissões Afins.
- STPC - Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Centro.
- STPN - Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Norte.
- STPS - Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Sul.
- VIANAPESCA - Cooperativa de Produtores de Peixe de Viana do Castelo, C.R.L.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

2. Entidades do Estado

- Ministro do Mar.
- Secretário de Estado das Pescas.
- DGRM - Autoridade Nacional de Pesca.
- DOCAPESCA – Portos e Lotas.
- IPMA – Instituto Português do Mar e da Atmosfera.
- DGAM - Autoridade Marítima Nacional.

O Deputado

João Dias

